

José Antônio dos Santos

Doutor em História – UFRGS

Sandra de Deus

Pró-reitora de Extensão – UFRGS

Presidente do Forproex

Resumo: O presente artigo faz uma reflexão das demandas sociais e iniciativas governamentais para o desenvolvimento e reconhecimento acadêmico das atividades de extensão universitária no Brasil. Nesse sentido, desde os anos de 1980, as ações extensionistas passaram a ser regulamentadas e vêm recebendo, cada vez mais, apoio institucional das universidades e do Governo Federal, definindo um novo momento da extensão no país.

Palavras-chave: Extensão universitária. Reconhecimento acadêmico.

O artigo reflete sobre as demandas sociais e iniciativas governamentais para o reconhecimento da extensão universitária no Brasil. Desde os anos de 1980, principalmente, as ações extensionistas passaram a ser regulamentadas e vêm recebendo, cada vez mais, apoio institucional do Governo Federal e das universidades, definindo o que entendemos como um “novo tempo” da extensão no país.

A definição da passagem do tempo como a sucessão dos anos, meses, dias e horas, bem como as definições de presente, passado e futuro, quando se trata da extensão universitária brasileira, deve ser compreendida em suas diferentes dimensões e agentes sociais. As ações desenvolvidas no âmbito da extensão universitária partilham de, no mínimo, duas relações temporais, nas quais buscam o equilíbrio e o aprimoramento das suas metodologias de inserção social.

Por um lado, existe o tempo cronológico, que define metodologias e prazos para execução de ações ou projetos, que é avaliado em sua dimensão material ou de objetivos atingidos. Por outro, temos o espaço temporal da construção cotidiana dos laços de amizade e respeito que é de difícil medida ou cronometragem. Ele é definido pelo grau de aproximação e afetividade daqueles que estão engajados em criar condições de diálogos, assim como na identificação de mecanismos de continuidade entre os conhecimentos produzidos no universo acadêmico e aqueles que resultam da interação social.

É necessário que se entenda que, quando refletimos sobre o “novo tempo” pelo qual passa a extensão universitária brasileira, contemporaneamente, estamos buscando alguma mediação entre os diferentes modos de calcular a passagem do tempo e a simplicidade de apreciar a sua transitoriedade. Assim, não há medida equivalente entre as horas vividas no interior de uma comunidade rural, conversando com os mais velhos sobre o uso das plantas medicinais, e o trabalho em laboratório para a análise dos princípios ativos dessas mesmas plantas. São compreensões diferenciadas sobre a passagem do tempo, e o que dele fazemos, que ressaltam culturas, conhecimentos e objetivos diversos, mas que apontam necessidades comuns no entrecruzamento dos percursos do extensionista/pesquisador e do ancião camponês. Ambos, a partir das informações e recursos de que são portadores, buscam maneiras de curar doenças, levando em conta tempos, realidades e escalas de intervenção que são próprias de cada um. Os saberes são distintos, mas os objetivos podem ser comuns.

Embora tenhamos que nos manter equidistantes – nem tão longe, nem tão perto, da poesia de um exemplo – é importante compreender o momento atual pelo qual passa a extensão universitária no Brasil, levando-se em conta a sua história. Só assim, teremos uma dimensão mais justa do que entendemos como o “novo tempo” pelo qual passa a extensão. Nesse sentido, o que aconteceu em Córdoba, na Argentina, em 21 de junho de 1918, tem apontado os primórdios da extensão universitária na América Latina. Foi o dia em que os estudantes da Universidade de Córdoba trouxeram a público o manifesto que reivindicava a abertura e a atenção da academia para as questões sociais.



Segundo eles, a Universidade deveria aprimorar seu cunho extensionista e se voltar para fora dos muros; incluir a gratuidade do ensino superior; criar mecanismos que assegurassem a autonomia universitária; o ingresso público para a carreira docente e eleições diretas para as reitorias. Todas essas reivindicações foram cruciais para chegarmos à universidade que temos, e encaminharam questões fundamentais para o ensino universitário que queremos. Elas apontam para uma universidade democrática e comprometida socialmente.

Na realidade brasileira, tivemos alguma preocupação com a extensão universitária, apenas em 1931, quando da elaboração do *Estatuto das Universidades Brasileiras*¹. Ao definir o conceito de extensão, o documento parecia desconhecer a contribuição do manifesto de Córdoba, e se aproximava da concepção norte-americana de extensão, que acabou se tornando uma das nossas maiores influências. A extensão era vinculada à necessidade estrita de crescimento econômico dos países, e tinha o objetivo principal de difundir conhecimentos técnicos e científicos. O que se dava, principalmente, por meio de cursos e assistência técnica às áreas rurais, identificadas como lugares atrasados e fundamentais para o desenvolvimento econômico. O conceito de “indissociabilidade entre ensino-extensão-pesquisa”, conforme veremos a seguir, não aparecia naquele documento, nem como aspiração futura da universidade que se desejava.

Nas décadas de 1960 e 1970, contudo, as ditaduras civis/militares na América Latina e o entendimento de que a extensão universitária, pelo seu caráter emancipador, poderia ser um risco aos regimes impostos, difundiu-se a ideia de que as universidades públicas deveriam intervir nas comunidades que se encontravam em maior vulnerabilidade social. A “prática sócio-comunitária”, conforme era definida naquele período, passou a ser desenvolvida em muitas universidades de forma eventual. Ela não fazia parte do currículo universitário que se encontrava, em geral, distante do cotidiano das pessoas que estavam fora dos muros das universidades.

¹ BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras.

Uma parcela pequena da comunidade universitária, que era interessada em ações extensionistas, conhecia apenas parte da realidade pesquisada, e se mantinha sem a criação de vínculos afetivos ou de continuidade com os projetos iniciais. Os saberes vindos dos meios populares – urbano ou rural – eram pouco considerados na sua relação com as universidades. Havia uma hierarquia que colocava os conhecimentos acadêmico e científico no topo, vindo abaixo os conhecimentos técnicos e, por último, aquele oriundo dos meios populares.²

Por outro lado, aquele também foi o momento em que as ideias e as práticas advindas do trabalho de Paulo Freire fundamentaram uma série de ações extensionistas não apenas no Brasil.³ Algumas iniciativas inspiradas em Freire iniciaram o processo de discussão sobre a extensão universitária brasileira. Ela passou a fundamentar-se como prática política e a reivindicar seu caráter como fazer acadêmico que estimula, reconhece e valoriza a troca de conhecimentos. As ações advindas das reflexões freireanas mantiveram certo caráter militante, contudo buscaram estabelecer laços de continuidade e o reconhecimento dos saberes dos diversos atores sociais.

A década de 1980 foi o período de maior fortalecimento da sociedade civil em oposição ao regime autoritário brasileiro instalado em 1964. A organização política dos movimentos sociais se deu principalmente em direção ao protagonismo na defesa dos seus interesses. De certa forma, muitos dos protagonistas do período (estudantes, negros, indígenas, “gays”, “sem-terra”, “mulheres crecheiras”, dentre outros), que se colocaram em defesa da democracia, informaram a concepção da extensão universitária que se pretendia.

Os princípios que regeriam a extensão universitária pós-ditadura civil/militar passaram a ser cristalizados no I Encontro de Pró-Reitores de

² Parte dessa metodologia de extensão foi instituída, em 1968, por meio do Projeto Rondon.

³ As ideias de Paulo Freire sobre a extensão extrapolavam o ensino superior e eram dirigidas para todo o processo educativo. Muitas das suas contribuições à educação fizeram parte do Plano de Governo de Veloso Alvorado, no Peru, assim como foram aplicadas no Chile e em alguns países africanos. Cf. ROCHA, R. M. Gurgel. A Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987. As representações das 33 universidades presentes criaram o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e definiram que: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.⁴

Desde então, as ações extensionistas obtiveram suporte legal para ser valorizadas em condições de igualdade com a pesquisa e o ensino como base do processo educativo. A partir de 1988, o “princípio da indissociabilidade” entre ensino-extensão-pesquisa foi inserido na Constituição (Artigo 207 da Constituição Brasileira), fundamentando ainda mais a importância da extensão universitária. A relação dialético-transformadora, proposta a ser cumprida no trânsito entre a universidade e a sociedade, cedeu espaço para as forças sociais que buscavam as arenas de representação dos seus interesses no ensino superior.

A comunidade universitária (professores, técnicos e estudantes), que já mantinha contatos estabelecidos, ou nutria interesses na produção de conhecimentos que fossem resultados daquele diálogo, encontrou no conceito de extensão o dispositivo institucional que deu suporte para ações transformadoras. Do mesmo modo, grupos organizados da sociedade também buscaram parcerias com as universidades na busca da resolução de seus problemas. Nesse sentido, é razoável pensar que as demandas dos grupos sociais – oriundos das escolas públicas, autodeclarados negros e indígenas – por acesso ao ensino superior, plasmadas a partir da virada do século XXI, são resultados também daquele processo que se iniciou com a defesa da democracia.

A partir daquele I Encontro, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão que se tornou órgão de representação dos extensionistas no país. Desde então, o Fórum passou a pautar o debate sobre as formas de

⁴ NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000*. Belo Horizonte: Proex/UFMG; Fórum, 2000.



institucionalização, financiamento e valorização da extensão universitária. Embora ainda pouco reconhecida pela sociedade brasileira como processo fundamental para a articulação entre o ensino e a pesquisa, e para a distribuição de renda e conhecimentos, a extensão universitária vem demonstrando o seu valor no processo recente de desenvolvimento do país. Em, praticamente, todas as instituições de ensino superior é desenvolvido algum projeto, programa ou ação que se intitula extensionista.

É necessário dizer que a atividade extensionista, como boa parte das iniciativas acadêmicas, não está livre de conflitos internos e incompreensões externas sobre objetivos, teorias, metodologias e públicos-alvo das suas práticas. Os obstáculos são muitos e poucos são aqueles que reconhecem o período privilegiado em que vivemos, em termos de desenvolvimento do fazer extensionista e da sua importância. São recorrentes as afirmações de que o ensino que nossas universidades ministram tem qualidade e competência. Há sempre uma citação sobre as pesquisas de nível internacional realizadas nos laboratórios e programas de pós-graduação, mas quando se trata da extensão surgem as interrogações: o que é mesmo? Para que serve? O quanto se investe? Verdade é que não tendo clareza da natureza da extensão, fica difícil dizer para que(m) serve e, mais complexo ainda, garantir um percentual de recursos para o seu desenvolvimento.

São questões recorrentes se apreendermos o tempo no seu sentido cronológico. Mas é uma reflexão recente, se tomarmos o tempo em seu sentido de construção, de criação, de conquista, de convencimento sobre a importância da extensão. Há um caminho percorrido com muita persistência, que foi se concretizando e desembocou em avenidas por onde transitamos na atualidade.

Desde a sua criação, o Forproex tem buscado redefinir as políticas e as práticas institucionais dirigidas para a extensão, tanto no âmbito das instituições públicas de educação superior, Ministério da Educação e demais ministérios, assim como nas agências governamentais⁵. Todas as instâncias devem

⁵ No final de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, no âmbito

reconhecer o valor da prática extensionista e aportar investimentos públicos para a sua execução.

As universidades devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular de todos os cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica. O potencial educativo e formativo da extensão deve ser inserido de modo qualificado no projeto pedagógico universitário. Nesse sentido, foi proposta uma nova legislação que normaliza suas ações e financiamentos, e que autoriza o pagamento de bolsas a docentes e servidores técnicos e administrativos envolvidos em ações de extensão.

Novamente entra o tempo cronológico, compreendido em menos de uma década, quando se deu a criação do Programa Nacional de Apoio a Extensão Universitária (Proext), criado pelo Ministério da Educação – MEC, em 2003, e, atualmente, contando com o apoio de vários outros ministérios. Para se ter uma ideia do crescimento significativo em termos de aporte público e de iniciativas para a implementação de ações, em 2004, foram disponibilizados R\$ 6 milhões de reais para o Proext, e 52 instituições de ensino superior apresentaram 182 propostas de extensão para serem implementadas⁶. O início foi tímido, em termos de recursos, mas, no ano de 2011, foram disponibilizados 70 milhões de reais para uma disputa que envolveu cerca de duas mil propostas de execução de projetos e programas em todo o país. Em 2012, os valores alocados para o Proext alcançaram a quantia de 82 milhões de reais. Somado a estes recursos que, por si só, já são significativos, embora ainda não suficientes, algumas universidades têm criado programas de fomento e editais internos capazes de atender demandas extensionistas localizadas.

Os principais avanços nos editais têm sido na direção de incidir na superação dos principais problemas sociais, contribuir para a inclusão de grupos minoritários, inovar e transferir conhecimentos. A relação do saber acadêmico

da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, disponibilizou R\$ 16.000.200 para projetos de pesquisa e extensão rural.

⁶Cf.

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1876&catid=180:pos-graduacao>. Acesso em: 15 abr. 2013.

passou a ser multilateral no diálogo com os outros setores da sociedade, com objetivos diversos no sentido do desenvolvimento de parcerias.

É importante contar com programas e linhas de financiamento satisfatórias e de forma contínua, seja através da inserção na matriz orçamentária das instituições de ensino superior, do aumento dos aportes do Ministério da Educação, seja via inclusão na agenda das agências governamentais. A criação futura do Plano Nacional de Extensão, conforme anunciada pelo MEC,⁷ pode vir a ser um instrumento regulador e de suporte institucional às ações de extensão desenvolvidas no âmbito da educação superior brasileira.

Nesse sentido, a política do Governo Federal com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a partir de 2008, tem se voltado para a expansão do acesso e permanência dos estudantes. O principal objetivo do Reuni é dobrar o número de estudantes nos cursos de graduação em dez anos, mas as universidades federais que aderiram ao Programa, além do aumento de vagas, devem ampliar o número de cursos noturnos, reduzir os custos por aluno, combater a evasão e buscar mecanismos para a flexibilização dos currículos, o que abriu novos horizontes para a inserção das atividades de extensão.

O fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos federal, estadual e municipal, visando à implementação de políticas públicas, que integrem as universidades na superação da pobreza e promoção do desenvolvimento sociocultural, tem tido destaque também em propostas que visem comprometer as instituições públicas de ensino superior com a superação da miséria no país e a alteração nos padrões institucionais vigentes no sentido da valorização da extensão.

Outros pontos de discussão e interesses dos extensionistas que têm demonstrado o “novo tempo” em que vive a extensão universitária passam pelo

⁷ O anúncio foi feito no dia 9 de novembro de 2012, em Porto Alegre, pelo então secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, durante o 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

reconhecimento das atividades de extensão nos concursos e nas carreiras acadêmicas. O esforço dos docentes, técnicos e estudantes em realizar projetos e programas voltados para o diálogo com os conhecimentos extramuros deve ser valorizado em termos equânimes com o ensino e a pesquisa.

Por outro lado, tudo isso demanda dos extensionistas a definição de novas metodologias de ação e inserção social que visem criar mecanismos de interatividade entre o que se produz na universidade e as necessidades dos diversos segmentos da sociedade. A elaboração de teorias que informem os objetivos a perseguir, a definição de indicadores de aferição das ações realizadas e a criação de instrumentos para a implantação de sistemas de informação e gestão que garantam condições de perenidade das iniciativas.

O 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em Porto Alegre – RS, em novembro de 2011, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica, Centro Universitário Unirriter e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, também ratificou o que viemos afirmando.

O Congresso apresentou o tema "As Fronteiras da Extensão" e contabilizou 4.528 pessoas credenciadas. Foram mais de 100 convidados para mesas-redondas e minicursos, 75 oficinas com cerca de 1.200 participantes, 1.066 comunicações orais e 26 estandes de universidades, além de espaços para comunicações livres e trocas de experiências entre extensionistas de todo o país. Os números demonstraram, assim como a qualidade das discussões, a pujança da extensão universitária que a sociedade brasileira vem construindo.

Soma-se a isso a participação brasileira no XI Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, realizado em Santa Fé – Argentina, entre os dias 22 e 25 de novembro de 2011. Durante o Congresso, a representação do Forproex assinou a Declaração de Santa Fé, firmada por 14 das 16 redes de extensão do continente. Ficou acordada a necessidade da consolidação da União

Latinoamericana de Extensão Universitária – ULEU, que deve se tornar órgão de representação das redes nacionais de extensão da América Latina.⁸

A prática extensionista, que antes se resumia a uma atividade militante de professores, técnicos e alunos, realizada nos finais de semana e sem recurso financeiro ou operacional, hoje trilha caminhos que extrapolam as suas fronteiras. Era necessário sair daquele tempo e superar alguns impasses que foram elencados sumariamente, da mesma forma como é preciso avançar em direção ao reconhecimento acadêmico e social.

Da mesma forma, é necessário que os processos e instrumentos de aferição das universidades, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, dentre outros, passem a contemplar as ações de extensão. Acreditamos no “novo tempo” que viemos construindo, onde a extensão será ainda mais fortalecida e institucionalizada e não seremos confundidos com “voluntários” ou “militantes” comprometidos com as principais causas nacionais.

Para que o tempo cronológico se encontre devidamente com o tempo da construção social, que deve ser exigente, reflexivo e comprometido socialmente, é preciso, cada vez mais, concretizar o “novo tempo” que a extensão universitária brasileira reivindica.

Abstract: This article reflects on the social demands and government initiatives to promote academic development and acknowledgement of university extension activities in Brazil. . In this sense, since the 1980s, the extension activities began to be regulated and are receiving increasingly institutional support from universities and the Federal Government, setting a new time for the extension programs in the country.

Keywords: University extension. Academic acknowledgement.

⁸ Nesse sentido, a ULEU definiu a realização do XII Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, em Quito – Equador, no ano de 2013, bem como duas reuniões preparatórias, em Havana – Cuba, em fevereiro, e Porto Alegre – Brasil, em julho de 2012.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTOS, José Antônio dos; DEUS, Sandra de. Um novo tempo da extensão universitária brasileira. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 6-16, jan./jun. 2014.